

A ORIGEM DO ESTADO MODERNO – A CONCEPÇÃO DE ESTADO, DE GOVERNO E DE CONTROLE PENAL NAS OBRAS “O ESPÍRITO DAS LEIS” E “DOS DELITOS E DAS PENAS”: BREVES PERCEPÇÕES¹

Tatiani Heckert Braatz²

Vandré Augusto Búrigo³

SUMÁRIO

Introdução; 1 Contextualização; 2 Estado e Governo; 2.1 A concepção de Estado e Governo em Montesquieu; 2.2 A concepção de Estado e Governo em Beccaria; 3 O Controle Penal; 3.1 O Controle Penal em Beccaria; 3.2 O Controle Penal em Montesquieu; Considerações finais; Referências das fontes citadas.

RESUMO

As obras “O Espírito das Leis”, de Montesquieu, e “Dos Delitos e das Penas”, de Cesare Beccaria, constituem-se em marcos importantes do pensamento iluminista. Em breves percepções, são tratadas neste trabalho as concepções de Estado, Governo e Controle Penal nas citadas obras.

Palavras-Chave: Estado, Governo, Controle Penal

RESUMEN

Las obras “El Espirito de las leyes”, de Montesquieu, e “Del Delitos e del las Penas”, de Cesare Beccaria, son marcos importantes del pensamiento iluminista. En breves percepciones, son tratadas en este trabajo as concepciones del Estado, Gobierno e Control Penal en las obras referidas.

Palabras-Clave: Estado, Gobierno, Control Penal

¹ Artigo elaborado sob a supervisão e orientação do Professor Doutor João José Leal, do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí, como trabalho final de conclusão da disciplina “Política Criminal e Controle Social”, semestre 2007/2. No presente trabalho, buscou-se seguir as recomendações básicas constantes em: PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 10 ed. rev. amp. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007, p. 189 a 194.

² Advogada e professora universitária.

³ Procurador da Fazenda Nacional.

INTRODU O

O presente trabalho tem por objeto a concep o de Estado, de Governo e de Controle Penal.

O objetivo   identificar nas obras “O Espírito das Leis” e “Dos Delitos e das Penas” a concep o dessas categorias, segundos seus autores, Montesquieu e Cesare Beccaria, respectivamente.

Na primeira parte serão abordadas as concep es de Estado e Governo e, na segunda parte, a concep o de Controle Penal.

Para atingir o objetivo proposto, o método utilizado na Fase de Investiga o foi o dedutivo, na Fase de Tratamento de Dados o cartesiano, e o relato dos resultados consumado no presente Artigo, se faz no modo indutivo, com o auxílio das técnicas do Referente, da Categoria, do Conceito Operacional e da Pesquisa Bibliogr fica⁴.

1 CONTEXTUALIZA O

Montesquieu e Beccaria são dois importantes pensadores da segunda metade do século XVIII, momento histórico marcado pelas idéias iluministas, contrapondo-se ao período do Absolutismo (ou o também denominado “Antigo Regime”).

O período absolutista foi caracterizado pelo governo monárquico, no qual o soberano detinha em suas mãos o poder vida e morte (ou absolvi o e condena o) de todos os que estavam sob seu jugo. Além disso, era evidente a desigualdade na aplica o das penas entre pessoas de classes diferentes (nobres e plebeus), além da constante utiliza o de penas corporais, inclusive a tortura e a pena de morte. Dadas as barbáries e atrocidades praticadas naquele período, em que pese o profundo sentimento religioso, a Idade Média ficou conhecida como o “período das trevas”, contrapondo-se assim ao

⁴ PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 10 ed. rev. amp. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007, p. 189 a 194.

“período das luzes”, ou Iluminismo, dos quais são destaques os autores ora em estudo e suas obras referenciadas.

No campo do direito penal, Beccaria e Montesquieu destacaram-se por suas idéias de igualdade, legalidade, racionalidade, individualidade, humanidade, além de outras vinculadas às formas e sistema de governo, como a separa o dos poderes a fim de possibilitar justo julgamento.

As bases filosóficas e políticas daqueles tempos, mormente em matéria de direito penal, sabe-se, formam a base do sistema penal contemporâneo, inclusive o sistema penal brasileiro. Daí a importância do conhecimento das idéias preconizadas na era o Iluminismo para possibilitar o entendimento da evolu o do direito penal até os dias atuais. O impacto provocado pelos ideais iluministas no pensamento e comportamento humano pode ser assimilado a partir de uma análise reflexiva deste extrato do pensamento de Montesquieu, constante no prefácio de sua obra:

Não   indiferente que o povo esteja esclarecido. Os preconceitos dos magistrados começam por ser os preconceitos da na o. Numa época de ignorância, não existem d vidas, mesmo quando se fazem os maiores males; numa época de luzes, teme-se ainda quando se fazem os maiores bens. [...].⁵

2 ESTADO E GOVERNO

2.1 A concep o de Estado e Governo em Montesquieu

Em sua obra “O Espírito das Leis”, Montesquieu parte de uma visão naturalista acerca da forma o do Estado, tendo em vista a sua análise acerca do surgimento das leis e da convivência social⁶.

Inicia com a idéia de que há uma lei maior, inerente a todos os seres e que regulam a rela o entre os seus semelhantes e entre estes e os demais seres,

⁵ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**. Tradu o de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 6.

⁶ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 11-15.

incluindo-se a  os seres irracionais, racionais (o homem) e as divindades. Neste estágio primitivo o próprio homem, como ser “físico”,   igual aos demais e está sujeito a mesmas leis, a que denomina de “invariáveis” (como a morte, por exemplo).

Contudo, sendo “ser racional” e considerando a rela o deste com a “divindade” (Criador), o homem passa a ser aprendiz e como tal passa a conhecer e assimilar as regras essenciais para aquele que   seu único objetivo: sua sobrevivência. Busca-se a paz, a primeira lei natural, dado que os homens se sentem fracos, frágeis, inferiores, donde prov m o desejo de preserva o, segunda lei natural, e por isso evitam a guerra.

Pela própria natureza humana, o desejo de preserva o faz brotar entre os homens a atra o pelos opostos, terceira lei natural, e o desejo de viver em sociedade, formando-se então o quarto elo dessa corrente de leis primitivas.

Segundo Montesquieu,   a partir da forma o da sociedade que os homens abandonam o sentimento de fraqueza – por conseq ncia, o de igualdade – e passam ao estado de guerra, dado que as várias sociedades descobrem sua força e passam a competir entre si. Desse contínuo estado de competi o ou de guerra surge a necessidade de regular os relacionamentos entre as diversas sociedades tanto em tempos de paz como de guerra, o maior bem em tempos de paz e o menor mal em tempos de guerra. Decorre então o surgimento do denominado “direito das gentes”⁷.

Entretanto, não seria suficiente regular apenas as rela es entre sociedades. Era preciso regular as rela es entre os membros de cada sociedade e entre estes e seus líderes. Surgem então, respectivamente, o “direito civil” e o “direito político”. Neste momento, nasce o Governo.

Na sua análise sobre o Governo, Montesquieu vai distinguir três espécies: o governo monárquico, o despótico e o republicano. Nos dois primeiros, o poder soberano   exercido por um só, diferenciando-se o primeiro do segundo pela existência (no primeiro) de leis estabelecidas. A terceira espécie de governo, a

⁷ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 15.

república, d -se quando o povo efetivamente det m o poder, de forma total (quando se terá uma democracia) ou parcial (quando se terá uma aristocracia)⁸.

O autor destaca ainda que a natureza de um governo decorre de sua própria estrutura natural, mas seus princípios são a sua força motriz, as paixões que o movimentam. Assim, o governo despótico   movido pelo temor, o monárquico pela honra e o republicano pela virtude⁹.

A república   a melhor representa o da divisão de poderes, dado que uma parcela do povo cede através do sufrágio, sua parcela de soberania, a fim de que seus líderes governem em nome do povo e para o povo, no maior exercício de suas liberdades. A preocupa o maior da república reside na preserva o da paixão que a movimentam, a virtude, o que significa amar mais seu governo do que a si mesmo. Quando esta virtude está ausente do cora o do homem, este se corrompe facilmente pela avareza e pela ambi o. Daí o importante papel que deve ter a educa o na república, que   o incutir na mente dos jovens o amor maior pela sua pátria. Assevera o autor que “não   a nova gera o que degenera; ela só se perde quando os adultos já estão corrompidos”¹⁰.

No minucioso exame feito por Montesquieu sobre as três formas de governo, observa-se claramente a sua concep o de divisão dos poderes para melhor governar.   necessário que haja um poder legislativo, encarregado de elaborar as leis e fiscalizar sua execu o, um poder executivo, encarregado de fazer cumprir as leis, e um poder julgador, a quem cabe o exercício do julgamento dos cidadãos pelo descumprimento da lei. Segundo o autor, quanto mais republicano for um governo, maior estabilidade haverá na forma de julgar, o que pode ser traduzido como segurança jurídica e devido processo legal, dado que aos magistrados cabe seguir rigorosamente o texto da lei.

⁸ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 18.

⁹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 32-40.

¹⁰ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 46.

Outro importante pensamento de Montesquieu que merece destaque diz respeito   liberdade política, entendida esta como o direito de fazer tudo o que as leis permitem e em não ser forçado a fazer o que não se tem o direito de querer¹¹.

Em outras palavras, somente em estados moderados (república e mesmo nas monarquias) há efetivamente liberdade política e bem assim quando não haja abuso de poder, o que pode ser evitado através da “limita o do poder pelo próprio poder”, ou seja, na Constitui o. Em suma, só existe efetivamente liberdade política se houver efetivamente essa divisão de poderes. Somente nestas condi es o cidadão estará em segurança, pois não haverá mais de um poder nas mãos de um só homem.

Há de certo modo uma fiscaliza o mútua entre os três poderes, sem necessariamente haver uma interven o. Para que o governo avance   necessário que os três poderes caminhem juntos.

3.2 A concep o de Estado e Governo em Beccaria

Beccaria, outro autor de destaque na era do Iluminismo, teve destaque com sua obra “Dos Delitos e das Penas”, na qual se dedica muito mais   análise do sistema penal, tema do próximo t pico. Contudo, não menos importante   sua concep o acerca de Governo e Estado¹².

O autor inicia sua obra afirmando a necessidade de divisão equânime das vantagens de uma sociedade dentre todos os seus membros, mas que tal ideal   dificultado pela natureza humana que tende a limitar o poder nas mãos de poucos, deixando os muitos   mercê das misérias. Conclui seu raciocínio no sentido de que somente através de “leis boas”   que se consegue obstar tais abusos e mais uma vez a natureza humana tende a seguir o caminho contrário, pois tal raciocínio (das leis boas) findam por estar nas mentes de poucos (paixões da minoria).

¹¹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p. 168-175.

¹² BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3 ed. São Paulo: RT.2006.

Para Beccaria nenhum homem abre mão de suas liberdades graciosamente em prol de um bem comum (o Governo). S  o faz por interesses próprios. Foi assim no início da forma o do Estado, quando pela fadiga das lutas e temores constantes existentes nas disputas entre as pequenas sociedades, acharam por bem (de sua própria segurança individual), “sacrificar” partes de suas liberdades para que pudessem usufruir do resto com maior segurança. Assim constitui-se a “soberania da na o”, formada pela soma das pequenas parcelas de liberdades individuais em prol de um “bem geral”. Ao gestor dessa soberania foi atribuído o codinome de “soberano”.

Contudo, mais uma vez constatou-se que a natureza humana facilmente se corrompe tendendo para o despotismo. Para evitar o retorno ao antigo caos, firmaram-se regras e puni es para aqueles que infringissem as regras.

Destaca-se na obra de Beccaria, a exemplo de Montesquieu, a separa o dos poderes, de modo que quem elabore as leis não seja o mesmo que v  julgar a sua viola o. De fato, se o soberano atua no papel de acusador e o cidadão está no papel de acusado, deve um terceiro alheio e imparcial para decidir a questão. V -se a  novamente a idéia da necessária independência dos poderes.

3 CONTROLE PENAL

3.1 O Controle Penal em Beccaria

A obra inicia com a advertência pela supera o das coincidências da “justiça divina e natural” e da “justiça humana”, advertindo que não se pode resolver problemas políticos com dogmas divinos.

Segundo Beccaria, o soberano afigura-se como administrador e depositário das liberdades sacrificadas pelos homens ao aceitar a vida em sociedade, em nome da tranqüilidade. Nesse sentido, tanto mais justas são as penas impostas aos infratores de quanto mais liberdade gozam na vida em sociedade. Entende a justiça como

o vínculo necessário para manter unidos os interesses particulares, que, do contrário, se dissolveriam no antigo estado de indissociabilidade.

Todas as penas que ultrapassarem a necessidade de conservar esse vínculo são injustas pela própria natureza. Considera o Direito como a força submetida   lei para vantagem da maioria¹³.

Assim, o direito de punir se funda sobre a necessidade de defender o grupo social das viola es dos particulares. Para tanto, as puni es tem de ser impostas pela lei (princípio da legalidade), emanada por um órgão cuja legitimidade adv m da condi o de representante da sociedade (democracia).

Também defende que a aplica o da lei não se d  por quem a editou, exigindo-se uma terceira figura, a do magistrado (separa o dos poderes) que aplique a lei exatamente como prevista, a partir dos fatos constatados. Segundo Beccaria, a interpreta o da lei revela-se perigosa por incitar as paixões do julgador, comprometendo a lógica decisória, que deve resultar de um silogismo perfeito.

A lei, por sua vez, deve ser conhecida pelo maior número de pessoas possível, condi o necessária para a redu o dos delitos.

A pena prevista para cada crime deve ser proporcional ao mal causado, rela o que deve servir de aviso aos cidadãos para que evitem o quanto mais o cometimento dos delitos mais graves, sob pena de, se assim não for, nenhum desestímulo haver contra a prática desses crimes. Nesse sentido, Beccaria afirma que a verdadeira medida do delito   o dano causado   na o e não a inten o do seu autor¹⁴.

Destaca o autor que a infli o da pena não tem por finalidade punir ou desfazer o delito cometido, mas sim a de impedir a prática de outros delitos pelo infrator, bem como desaconselhar a outros sobre a mesma prática. Por isso, a escolha quanto   pena e ao modo de imp -la tem importância fundamental para que fique perenemente na mente dos pares a eficácia do castigo, preservando, de outro lado, o corpo do infrator.

Com essa linha de raciocínio, o autor apresenta diversas considera es sobre os procedimentos processuais.

¹³ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**, p. 23.

¹⁴ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. p. 37.

A primeira versa sobre o valor das provas testemunhais. Segundo ele, a credibilidade com que se valoram os depoimentos deve variar de acordo com a amizade ou ódio com o réu e também quanto   gravidade do delito (quanto mais grave menos crédito pode se exigir da testemunha). Além disso, por ser de mais fácil manipula o o testemunho de um deve sempre que possível confrontado com o de outro.

A segunda diz respeito aos indícios e formas de julgamento. De acordo com Beccaria, quanto maior o número de provas necessárias para se concluir pela existência de um fato, menor a probabilidade deste ter realmente ocorrido, do que se conclui que deve o julgador sempre preferir as provas diretas, perfeitas, que não deixam d vidas, bastantes para a condena o.

Os delitos que tratam da liberdade do cidadão devem atrair o julgamento do réu pelos seus pares (tribunal do júri). Os julgamentos devem ser públicos (princípio da publicidade), assim como públicas devem ser as provas colhidas (princípio do contraditório). Portanto, as acusa es, igualmente não podem ser secretas, sob pena de, sob o escudo tirânico do segredo, incentivar-se a calúnia.

O terceiro aspecto quanto aos procedimentos processuais abordado pelo autor diz respeito   tortura, repelindo-a fortemente. Argumenta que deve ser considerado inocente o réu a respeito de quem não são provados os delitos que lhe são imputados (princípio da presun o de inocência). Portanto, se recai d vida quanto   autoria, esta não pode ser esclarecida mediante a prática da tortura já que o réu não pode ser tomado ao mesmo tempo como acusador e acusado (princípio da invalidade das provas produzidas pelo próprio acusado), “... como se o critério dessa verdade residisse nos músculos ou nas fibras de um infeliz”¹⁵ e permitindo a condena o de inocentes frágeis e culpados resistentes. Nesse aspecto, a confissão mediante tortura não pode ser considerada válida para provar a culpa do réu nem de outrem, se aplicada   testemunha.

¹⁵ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**, p. 50.

O quarto aspecto refere-se ao caráter do processo, que deve ser informativo e não ofensivo (inquisitorial), deixando o ônus da prova não ao réu, mas sim à acusação.

Adiante, o autor aborda questões ligadas às penas, alertando que quanto mais rápida for a pena e mais próxima do crime cometido, tanto mais será ela justa e tanto mais útil¹⁶.

Considera a prisão anterior ao decreto condenatório uma espécie de guarda do cidadão que deve durar a menor duração possível, necessária apenas no caso de se impedir uma fuga ou que o réu obstrua as investigações (condições da prisão preventiva) devendo este réu ter direito à preferência no julgamento (prazo julgar o réu preso), que deve demorar o menos possível.

Uma vez definidas pelo legislador, as penas não podem ser aplicadas seletivamente, conforme a origem social do cidadão, mas sim universalmente, sem distinções de classe social (princípio da igualdade).

Também adverte, em célebre formulação, que um dos maiores freios dos delitos não é a crueldade das penas, mas sua infalibilidade e que a certeza do castigo, mesmo moderado, sempre causará mais intensa impressão do que o temor de outro mais severo.¹⁷

Em relação à pena de morte, Beccaria pondera que ao Estado, salvo em casos extremos, de grande anarquia, não se pode atribuir o direito de matar, recurso penal que só poderia ser invocado se a morte fosse o único e verdadeiro meio capaz de impedir que outros cometessem crimes¹⁸. Vê a pena de escravidão perpétua o suficiente para desestimular o criminoso mais cruel.

Considera que a pena de prisão, assim como qualquer pena, deve ser prevista estritamente na lei, sem que se possa deixar ao magistrado o poder discricionário de prender ou não (princípio da legalidade estrita). Dessa forma,

¹⁶ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. p. 59.

¹⁷ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. p. 72.

¹⁸ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. p. 75.

podem os homens saber exatamente o que   capaz de lhes conduzir   prisão, prevenindo condutas.

O local da pena deve ser o lugar em que se cometeu o delito, pois só assim percebem os demais o dano que se suporta quando se infringe a lei (princípio de execu o da pena).

Também destaca que a tentativa e a co-participa o devem ser punidas. Enxerga a delat o premiada como estratégia de inibi o no cometimento de crimes.

Por fim, elenca uma série de conselhos para prevenir o cometimento de delitos. As leis devem ser simples, claras e diretas. Os colegiados de julgadores devem ser minimamente numerosos, para que não sinta o julgador, por ser isolado, estimulado   corrup o. A boa conduta deve ser publicamente recompensada. A educa o deve ser ampla e aperfei ada.

Resume Beccaria que “... o grau das penas deve ser relativo ao estado da própria na o”, fixando como teorema do direito penal que

...para que toda pena não seja a violência de um ou de muitos contra o cidadão particular, devendo, porém, ser essencialmente pública, rápida, necessária, a mínima dentre as possíveis, em dadas circunstâncias, proporcional aos delitos e ditada pelas leis¹⁹.

3.2 O Controle Penal em Montesquieu

Montesquieu também examina a severidade das penas nos diversos governos. Nos “...Estados moderados o amor   pátria, a vergonha e o temor da censura constituem medidas coercitivas, que podem refrear muitos crimes.” Assim não haveria necessidade do uso da força, pois o simples reconhecimento social da atitude m , já seria a maior puni o. Os exemplos do povo de Roma, que era virtuoso, mostram que bastam poucas penas; mesmo reduzidas não se observou que esta tenha o Estado romano ficado mal regulamentado ou com sua ordem prejudicada²⁰.

¹⁹ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. p. 119.

²⁰ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**. p. 96.

Adverte que um bom legislador deve se dedicar   preven o dos crimes do que propriamente a puni o²¹. Segundo o autor, a experiência comprova o poder das penas, pois nos países em que as penas são mais brandas, o espírito do cidadão   atingido por elas e que o mesmo acontece com as penas mais severas. Por isso, não são necessárias medidas extremadas e penas cruéis para conduzir os homens²².

Assim como Beccaria, destaca ser essencial buscar-se a justa propor o das penas em rela o aos crimes, ou seja, a evitar antes um grande crime do que um menor.

Montesquieu afirma que um bom legislador adota o justo meio termo: nem sempre ordena penas pecuniárias e nem sempre inflige os castigos corporais²³. A liberdade   favorecida pela propor o das penas, pois triunfa quando as leis criminais estabelecem cada pena de acordo com a natureza específica do crime de modo que qualquer ato arbitrário desaparece já que a pena não mais se origina do capricho do legislador, mas da natureza da coisa²⁴.

CONSIDERA ES FINAIS

O que se pode destacar, em sumária síntese acerca das concep es de Estado e Governo na obra destes dois renomados autores   a rejei o do modelo absolutista (ou despótico) vividos até então pela sociedade. Em seu lugar, surgem os ideais de uma nova ordem política, mais emancipada e com limita o do poder (através da tripartida o), cuja prática deste novo modelo político requer uma (profunda) reestrutura o da sociedade.

V -se também uma valoriza o do indivíduo em rela o ao próprio Estado, limitando-se o poder deste sobre aquele (fato este inconcebível no regime

²¹ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis.** p. 94-95

²² MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis.** p. 96-97.

²³ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis.** p. 105.

²⁴ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis.** p. 198.

absolutista), numa clara preconiza o do que em dias atuais pode ser concebido como a dignidade da pessoa humana.

No que atine   concep o de Controle Penal, na mesma linha, são rechaçadas as penas corporais, enaltecendo-se a importância da preven o dos ilícitos tanto por políticas públicas quanto pelo desestímulo às infra es com penas dosadas com parcim nia e especificidade.

Se, de um lado, as idéias iluministas no campo do Controle Penal preconizadas pelos dois autores em estudo foram de grande contribui o para valoriza o da pessoa humana, especialmente no campo do Direito Penal e ainda hoje são atuais no campo das ciências criminais, de outro, as idéias de democracia e república concebidas por Montesquieu em sua obra parecem ter esvaecido com o passar do tempo.

A virtude na república, segundo Montesquieu, nada mais   que o amor pela república, ou seja, pelos valores coletivos.   um sentimento que deve ser ostentado tanto pelo primeiro quanto pelo último homem do Estado e conduz   bondade dos costumes e vice-versa. Quanto menos se consegue satisfazer as paixões particulares, mais se entrega às paixões gerais.

Por isso, talvez não fosse demasiado utópico pretender resgatar esse sentimento virtuoso de amor   pátria, de valoriza o do coletivo, num trabalho unido e constante em prol do desenvolvimento de toda a sociedade. Em tempos de profundas crises políticas, cabe lembrar a sugestão de Montesquieu de que o exemplo deve vir do próprio corpo pol tico²⁵.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 3 ed. São Paulo: RT.2006.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**. Tradu o de Cristina Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 11-220.

²⁵ “um senado onde a idade, a virtude, gravidade, os serviços prestados sejam os convites de entrada, os senadores, expostos aos olhares do povo como simulacro dos deuses, inspirar o sentimentos que serão levados para o seio de todas as famílias”. In: MONTESQUIEU, Charles de Secondat, baron de. **O Espírito das Leis**, p.60.

Braatz, Tatiani Heckert; BÚRIGO, Vandr  Augusto. A origem do estado moderno – a concep o de estado, de governo e de controle penal nas obras “O espírito das leis” e “dos delitos e das penas”: breves percep es. Revista Eletr nica Direito e Política, Itajaí, v.2, n.3, 3  quadrimestre de 2007. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

PASOLD, Cesar Luiz. **Prática da Pesquisa Jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 10 ed. rev. amp. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2007